

A MARCAÇÃO DA DIFERENÇA: IDENTIDADE E ESTIGMA NO CONFLITO ALEXANDRINO DE 38 D.C.

Nicodemo Valim de Sena¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar o conflito etnoreligioso entre gregos, egípcios e judeus ocorrido na cidade de Alexandria durante o Alto Império. Para tanto, procuramos evidenciar de que forma o uso de estigmas e rotulações foram essenciais para afirmar ou depreciar a identidade cultural dos atores sociais envolvidos.

Palavras-chave: Alexandria; estigma; identidade.

Abstract: this article aims to analyze the ethnic religious conflict between Greeks, Egyptians and Jews occurred in Alexandria during the High Empire. Therefore seeks to show how the use of stigmas and lettering were essential to affirm or depreciate the cultural identity of the social actors involved.

Keywords: Alexandria; stigma; identity.

Introdução

No ano de 38 d.C. eclodiu uma revolta pelas ruas de Alexandria envolvendo três grupos étnicos da população da cidade: gregos, egípcios e judeus. Nessa revolta, gregos e egípcios atacaram a população judaica, destruindo e profanando sinagogas, realizando saques e expulsões, sendo muitos judeus torturados e mortos durante o embate.

O conflito alexandrino ficou preservado em algumas obras de autores que viveram no período, acreditamos que todo discurso ou posicionamento emitido em relação a determinado tema é feito de algum “lugar” social específico, por isso entendemos a relação entre gregos, egípcios e judeus no contexto de lutas de representação, em que cada grupo busca manter sua identidade, transmitindo percepções do mundo social pelo discurso, podemos dessa forma verificar que são geradas estratégias e práticas que afirmam a autoridade e a superioridade de um grupo em detrimento e menosprezo de outro (CHARTIER, 1987, p. 16-17).

As fontes que abarcam o conflito de 38 d.C. podem ser divididas em fontes judaicas, fontes gregas e fontes romanas. As fontes de origem judaica são as obras escritas por autores judeus do século I d.C., como Filo de Alexandria e Flávio

Josefo. Filo de Alexandria foi um erudito judeu que viveu em Alexandria no início do século I d.C., oriundo de uma família de alta posição social e financeira e que teve envolvimento pessoal no embate, o qual ficou retratado em duas de suas obras, *Legatio ad Gaium* e *In Flacco*. Flávio Josefo, autor contemporâneo a Filo, dedicou a obra *Contra Ápio* a refutar os ataques proferidos contra os judeus por Ápio, cidadão alexandrino, que liderou uma embaixada grega enviada a Roma, para tratar da contenda diretamente com o imperador Calígula. As fontes que apresentam uma versão grega dos acontecimentos são os *Acta Alexandrinorum*,ⁱⁱ conjunto de papiros que, entre outros assuntos, tratam de acontecimentos ocorridos na capital egípcia nos dois primeiros séculos de dominação romana. O conteúdo dos textos é antijudaico, visando enaltecer a elite grega de Alexandria e questionar algumas práticas da administração romana. A fonte romana mais expressiva sobre o tema é a *Epístola de Cláudio aos Alexandrinos*,ⁱⁱⁱ escrita pelo imperador Cláudio emitindo um parecer real sobre a situação e dando diretrizes para a finalização do conflito.

O objetivo principal desse artigo é caracterizar nas fontes os principais estigmas e rotulações utilizados na identificação de gregos, egípcios e judeus e entender de que forma tais estigmas contribuíram para afirmar ou rebaixar as identidades dos grupos envolvidos. Para tanto, historicizamos o processo de formação das comunidades grega, egípcia e judaica em Alexandria, apontando suas singularidades e o teor das relações sociais que mantinham entre si e apontamos também as transformações ocorridas nessa estrutura social com o início da dominação romana.

A cidade de Alexandria

O espaço se configura como uma das dimensões existenciais do ser humano, afinal a maior parte das ações humanas abrangem um aspecto espacial. O homem é um ser territorial, demarca espaços e tal demarcação está relacionada à produção de identidade e as relações sociais (NAVARRO, 2007; LYNCH, 2007, p. 195). A cidade de Alexandria foi o palco do conflito que mobilizou gregos, judeus e egípcios, por isso é impossível entender tal acontecimento sem buscar as raízes históricas da cidade e a forma como cada grupo étnico se desenvolveu no território de Alexandria.

Alexandria foi fundada em 331 a.C. Acredita-se que Alexandre, o Grande, teria escolhido o local devido às vantagens geográficas que permitiriam que a região

prosperasse economicamente. A cidade antiga situava-se numa estreita faixa de terra entre o lago Mareóti e o mar Mediterrâneo, no ângulo esquerdo do Delta. A cidade só se tornou capital do reino três anos após a morte de Alexandre, quando o primeiro Ptolomeu, um dos mais influentes generais de Alexandre, herda o Egito na divisão dos territórios helenísticos e resolve transferir todo o aparato burocrático de Mênfis, até então a capital, para Alexandria (CLÍMACO, 2007, p. 17).

Alguns fatores podem ajudar a explicar o desenvolvimento de Alexandria: a cidade se tornou o centro político do reino Lágida, abrigo de uma enorme burocracia que administrava o Egito, o posicionamento geográfico da cidade também foi essencial, afinal ela era o único porto verdadeiro do Egito sobre o Mediterrâneo, portanto, a única ligação com os outros reinos helenísticos e mais tarde com Roma, igualmente importante foi o grande desenvolvimento cultural da cidade, tornando-a um dos centros culturais mais vivos do mundo grego (LEVÊQUE, 1967, p. 435).

Sob a administração Lágida, Alexandria ganhou grande destaque e quanto maior e mais heterogênea for uma cidade, maiores serão os atrativos oferecidos por ela, pois a variedade promete oportunidade, atraindo as pessoas, sobretudo os estrangeiros (BAUMAN, 2009, p. 47). Tal característica não era desconhecida pelos soberanos Lágidas, visto que não só permitiam o afluxo de diferentes povos para Alexandria, mas também o estimulavam com políticas de absorção populacional e se mostravam tolerantes e abertos ao diálogo no campo das diferenças culturais. Sem dúvidas, um dos aspectos mais notórios no estudo de Alexandria, diz respeito à quantidade e variedade de povos que compunham sua população, já no século III a.C, durante o governo de Ptolomeu Filadelfo, podemos perceber o resultado deste estímulo, nos escritos do poeta Teócrito, que em seu *Idílio das Siracusanas*, fornece por meio de sua personagem Gorgo um relato do grande número de pessoas, que transitavam pelas ruas de Alexandria, pois ela relata nos versos 44-45: “pelos deuses, que multidão! Como e quando é que conseguiremos atravessar este inferno? Parecem formigas: nunca mais acabam!”.

Os diversos povos que compunham o quadro social de Alexandria a caracterizavam como um “mosaico cultural”, pois cada grupo trazia para a cidade diferentes hábitos culturais, crenças religiosas e uma grande variedade linguística. Tais povos se organizavam em *politeuma*, uma corporação cívica, semiautônoma, separada, tendo seu próprio conselho exercendo poder administrativo e judicial sobre os seus membros. A cidade tornou-se um emaranhado de *politeumata*, tendo

por base variadas etnias: persas, judeus, mísios, trácios, gregos, entre outros (QUARANTA, 2009, p. 66).

Viver em uma cidade é estar próximo, é viver junto a estranhos, a cena urbana se configura como um caleidoscópio, sempre com novidades e surpresas. A vida em um ambiente urbano é uma experiência ambivalente, que atrai e afasta, neste contexto, nesta variedade de tipos humanos e modos de vida, dois sentimentos podem ser gerados, nutridos, um deles é a mixofobia, que é o medo de se misturar, o outro é a mixofilia, que ao inverso do primeiro, representa o desejo de se misturar as diferenças (BAUMAN, 2009). Mixofobia e mixofilia estão estritamente ligados à questão da preservação e afirmação da identidade cultural, visto que em Alexandria a interação entre as culturas era corrente. Na impossibilidade de apontarmos no momento as singularidades dos diversos povos que faziam parte da população alexandrina optamos por analisar a formação, o desenvolvimento e a interação da comunidade grega, judaica e egípcia, visto que foram essas comunidades que deflagraram o conflito em 38 d.C.

Os Gregos em Alexandria

O contato entre gregos e egípcios era algo muito antigo, visto que no século VIII a.C., os gregos fundaram uma cidade em Neucrátis, às margens do Nilo e desde o século VII a.C., soldados gregos vinham sendo empregados como mercenários pelos egípcios na luta contra Ciro, o que mudou com a conquista de Alexandre é que os gregos que habitavam a região servindo como militares e comerciantes eram estrangeiros, mas agora se tornavam cidadãos. A abertura do Egito representou para os gregos a saída de uma grave crise econômica caracterizada pela escassez de alimentos e pelo alto crescimento demográfico, por isso a imigração para o Oriente foi uma solução convidativa. A resposta encontrada foi a saída do país, representada no alistamento como mercenários, para os mais pobres, e em novos horizontes comerciais e políticos para os mais ricos (PINSKY, 1971, p. 61; CLÍMACO, 2007, p. 16; QUARANTA, 2009, p. 62).

Os gregos se espalharam por quase todo o Egito ptolomaico e por todas as regiões dominadas pelos Lágidas, mas foi na capital, com sua grande importância comercial e administrativa que eles se fixaram em maior número. Em Alexandria os gregos tornaram-se a base da administração ptolomaica e ocuparam os principais

cargos de destaque na sociedade, atuando como administradores de banco, engenheiros, agrônomos e exercendo a função de comerciantes, tanto a nível local quanto no comércio mediterrâneo (QUARANTA, 2009, p. 64-65).

Alexandria foi organizada no sistema grego de tribos e demos e possuía diversas instituições tipicamente gregas, como o Ginásio, a *efebeia*, os banhos, os teatros, a assembleia e a gerúsia. Tais instituições eram fontes de grande autonomia cívica e cultural. Apesar de toda essa autonomia, os gregos de Alexandria não possuíam uma *Boulé* e a ausência da mesma causou um vácuo de poder que permitiu que a elite do Ginásio conquistasse grande destaque no cenário cultural, social e político alexandrino (BOWMAN; RATHBONE, 1992, p. 115).

O Ginásio foi uma instituição comum às comunidades gregas a partir do século III a.C., e representava o maior centro da vida cívica e da formação intelectual grega. O Ginásio era o espaço da valorização cultural, permitia a comunicação, a integração e interação social dos gregos e o treinamento nele era um dos critérios para a obtenção da cidadania alexandrina (CLÍMACO, 2007, p. 40; LESSA; CODEÇO, 2011, p. 39-40).

Apesar da riqueza cultural grega, a fusão de culturas parecia ser algo inevitável, em Alexandria os gregos fazem-se mumificar e enterrar com os livros dos mortos, o sistema de pesos e medidas e o calendário faraônico foram utilizados na administração Lágida e a prática de casamentos mistos era comum, uma vez que a imigração nos anos iniciais favorecia ao elemento masculino era comum que se unissem em matrimônio com mulheres egípcias (LEVÊQUE, 1967, p. 449; FERREIRA, 1992, p. 228; RIGGS, 2005, p. 2; QUARANTA, 2009, p. 64-65).

Os judeus em Alexandria

Assim como os gregos, a presença judaica em Alexandria remonta aos tempos de fundação da mesma. Vários fatores corroboraram para a entrada maciça de judeus em Alexandria, como a disputa para o controle da Palestina pelos generais de Alexandre que gerava um clima de instabilidade e insegurança na região, forçando a movimentação populacional (fugas, prisões), a atração causada pela política ptolomaica mais aberta nas questões culturais do que os selêucidas e as imigrações voluntárias em busca de oportunidades econômicas mais relevantes do que as oferecidas pelo espaço e riqueza limitados da Palestina. Tais fatores

tornaram Alexandria o centro da Diáspora judaica no século I d.C., chegando à cifra de aproximadamente cem mil judeus espalhados pela cidade (MEEKS, 1992, p.59).

Os judeus estabeleceram um bom relacionamento com os reis ptolomeus, fato que contribuiu para que a população judaica alcançasse notável autonomia em solo alexandrino, podendo se organizar em *politeumas*, constituir bairros étnicos (os judeus ocupavam majoritariamente dois dos cinco bairros existentes na cidade) e manter muito de sua tradição, como a guarda do sábado, a construção de sinagogas e o recolhimento de donativos. Em Alexandria os judeus atuaram nas mais variadas atividades e em muitas delas chegavam a concorrer com os gregos e os egípcios, entre as atividades econômicas praticadas pelos judeus estão a agricultura, o artesanato, o comércio, a participação na administração pública (publicanos) e a participação no exército (PINSKY, 1971, p. 97-109; POLIAKOV, 1979, p. 5; MOMIGLIANO, 1998, p. 365; SELVATICI, 2006, p. 177).

Apesar da singularidade da religião judaica, muitos judeus incorporaram práticas culturais dos gregos e posteriormente dos romanos, adotando a língua, a indumentária local e em alguns casos helenizando ou latinizando os nomes. Embora fosse permitido aos judeus compartilharem alguns direitos em comum com os cidadãos de Alexandria, o status jurídico dos judeus era o de estrangeiros com direito de residência (WOLFSON, 1944). A cidadania alexandrina estava atrelada a requisitos básicos como registros em demos, educação, religião, capacidade de realizar benfeitorias, enfim, poucos judeus conseguiram a cidadania, a maioria estava longe de obter esse título.

Os egípcios em Alexandria

Dos grupos populacionais que compunham a cidade de Alexandria, os egípcios foi o grupo menos estudado pela historiografia. O fato de Alexandria estar de certa forma “isolada” do resto do Egito, pouca atenção foi dispensada ao elemento nativo. Alexandria destoava do meio, era uma cidade basicamente grega, com uma perspectiva e uma cultura estranha a tradição egípcia, Alexandria representava mais um acréscimo do que uma parte integrante do país. Tal característica foi mantida durante a dominação romana, o próprio título do prefeito romano era *Praefectus Alexandriae et Aegypti*, podemos perceber nitidamente a separação da cidade do resto do país.

O termo “conquista” perde um pouco do seu sentido para explicar a chegada de Alexandre ao Egito, pois Pelusa, fortaleza situada a 200 km a sudoeste de Gaza, que tinha a função de guardar o Egito, de fazer frente a eventuais invasores, não ofereceu oposição. Ao chegar ao Egito Alexandre faz valer-se de uma antiga lenda que circulava na região de que o faraó voltaria para libertar o Egito dos persas sob a forma de um jovem. Alexandre participa de cerimônias religiosas egípcias, sendo considerado o verdadeiro vingador dos dominados, é proclamado então, faraó do Egito, que lhe é dado como herança de *Amon* (PINSKY, 1971, p.63). Dessa forma, baseado em critérios religiosos e obtendo o apoio da tradicional instituição representada pelos sacerdotes, Alexandre assegura a legitimidade da dinastia diante da massa populacional representada pelos súditos egípcios.

A vinda de gregos criou de fato, uma revolução social, sobrepondo a sociedade egípcia com uma nova elite dominante. As instituições trazidas pelos gregos limitavam o acesso dos egípcios aos setores mais altos da economia e da política, ficando reservados aos nativos os cargos mais baixos. Nas diversas tributações o elemento egípcio não possuía isenções e quase sempre arcava com as taxações mais altas. Apesar do controle político e cultural dos gregos, os egípcios detinham alguns fatores em seu favor, o principal deles era a vantagem numérica, pois a população egípcia era superior à soma de todos os imigrantes e tal fato não foi ignorado pelos Lágidas. Sob os primeiros ptolomeus, foi inaugurada uma política de colaboração entre gregos e egípcios evidenciado na adoração de um novo deus, Serápis. A partir do século II a.C. a ascensão de egípcios a cargos mais importantes se tornou uma constante. A língua grega se tornou a mais utilizada nos meios culturais e burocráticos, mas podemos inferir pelas inscrições na famosa Pedra Roseta a importância da escrita hieroglífica e demótica, posicionadas antes da língua grega. As trocas culturais foram constantes conforme já demonstradas anteriormente (BOWMAN, 1996, p. 170-176; LEVÊQUE, 1967, p. 416-417; PINSKY, 1971, p. 81-82).

Sob a dominação romana

A chegada de Roma foi marcada por uma ampla reestruturação política, econômica e social em Alexandria. Com Otávio o Egito deixa de ser um reino soberano e se torna uma província romana, dessa forma, Alexandria, que havia sido

por séculos a “capital” financeira e cultural do Mediterrâneo oriental, foi rebaixada a capital da província do Egito (FAIA, 2010, p. 13-14).

O Egito era um país muito peculiar, fato que fez com que Otávio o tratasse de modo distinto das demais regiões do império. Entre os vários fatores que tornaram o Egito especial está a importância econômica caracterizada pela grande produção cerealífera, a grandeza cultural, nitidamente identificada no esplendor dos templos, dos palácios, da biblioteca e do museu e o posicionamento geográfico, favorável ao comércio e estratégico do ponto de vista militar (protegido por desertos). Tais fatores levaram Otávio a adotar uma administração pessoal do território do Egito, proibindo até mesmo a entrada de senadores na região (MENDES, 2006, p. 32).

Uma das estratégias encontradas por Otávio para manter o controle direto da nova província foi a nomeação de prefeitos para governar o país em nome do imperador. O prefeito era escolhido diretamente pelo príncipe, sendo o cargo mais elevado que se poderia alcançar no *ordo equester*. O prefeito exercia seu poder um período de três anos e deveria ter o controle sobre todos os sistemas legais que existiam no Egito, algo que dificilmente acontecia, devido a falta de conhecimento da região e da complexidade administrativa do país, por isso ele era auxiliado por oficiais nativos, fato que poderia favorecer a corrupção, pois muitos oficiais se aproveitavam da inexperiência dos prefeitos para conseguirem benefícios particulares. Apesar de ter que prestar contas constantemente ao príncipe e de ter que contar com auxiliares, o prefeito detinha grande autonomia, afinal era a maior autoridade na região, controlava as forças militares, estava sempre presente, cabendo a ele julgar e decidir sobre conflitos e problemas. Algumas das decisões tomadas pelos prefeitos nem sempre eram relatadas ao príncipe, não sendo incomum o abuso de autoridade e até mesmo os atos de traição por parte do prefeito (CLÍMACO, 2007, p. 36-38).

Roma e os judeus alexandrinos

Quando sob César e Augusto foi imposta a dominação romana sobre o Mediterrâneo oriental, os romanos acabaram se envolvendo na questão do particularismo judaico, pois, diferente dos outros súditos do império, os judeus apresentavam uma característica especial, a crença em um Deus único. No alvorecer do período imperial, os judeus, de um modo geral, não se opunham

abertamente ao governo romano, o que fez com que os imperadores adotassem a tolerância, reforçada por medidas de proteção aos judeus contra a hostilidade gentílica (SELVATICI, 2006, p. 178; POLIAKOV, 1979, p. 59; SHERWIN-WHITE, 1968, p. 101).

Primeiramente, César e depois Augusto, estabeleceram o judaísmo como *religio*, isto é, como um culto ancestral legítimo. Normalmente os romanos classificavam os grupos judeus em cada cidade como colegiados e quando César ordenou que todos os colegiados fossem dissolvidos, exceto os que já haviam se estabelecido á longo tempo, as sinagogas, estavam entre os isentados. A organização do culto judaico não diferia muito das demais organizações religiosas gentílicas, pois as sinagogas possuíam características semelhantes as das associações e grêmios, as reuniões eram em locais específicos e tinham finalidades cúlticas e sociais, tais fatores somados a tradicionalidade colaboraram para a perpetuação sob o governo romano (MEEKS, 1992, p. 60-61).

Os primeiros contatos dos judeus com os romanos em solo egípcio foram essenciais para a manutenção de alguns dos antigos privilégios dos judeus em Alexandria. Os judeus não foram hostis aos romanos, apoiando-os antes mesmo da efetiva dominação em 30 a.C., Josefo na sua obra *Antiguidades Judaicas* faz menção a dois encontros entre judeus e romanos em solo egípcio ainda no governo ptolomaico, em que os judeus tomaram medidas favoráveis aos romanos (A.J. XIV). O bom relacionamento dos judeus de forma geral e de seus representantes mais notáveis, como Herodes, o Grande, soberano da Judeia com Roma contribuía e muito para a proteção dos judeus residentes na Diáspora. Os imperadores romanos foram favoráveis aos judeus dando liberdade para construírem sinagogas, recolherem impostos para o Templo de Jerusalém, se reunirem no sábado para o culto e demais festividades judaicas, e solicitarem dispensa do serviço militar (FLANNERY, 1968, p.38). Contudo, a política romana, implementada por Augusto, de reforçar o elemento grego e aliar-se a tais elites para consolidar suas conquistas, foi degradante para os judeus, fomentando conflitos na cidade de Alexandria (CLÍMACO, 2007, p. 47). Mudanças começaram a ocorrer na organização social da cidade, os romanos têm a primazia, seguida pelos gregos e, por último, pelos demais povos, incluindo os judeus. Apesar de terem conseguido a isenção do culto imperial, os judeus perderam alguns direitos, como o de integrar o exército e o de atuarem como publicanos, atividades que passaram a ser exercidas pelos romanos

e gregos. Os romanos instituem também um novo imposto, a laografia ou taxa eleitoral, que era cobrado apenas daqueles que não eram cidadãos. Tal tributação atingia os judeus em dois aspectos, primeiro porque representava um novo encargo econômico e segundo porque igualava os judeus aos estratos mais baixos da população, atingindo, sobretudo, aqueles de condição social mais elevada e que visavam à ampliação dos seus direitos políticos (SELVATICI, 2006, p.180).

Com Calígula, a situação dos judeus de Alexandria se tornou instável, sobretudo no que diz respeito à observância do culto imperial, devoção estimulada pelo imperador e que enfrentava relutância por parte dos judeus. Tal fato não passou despercebido às comunidades grega e egípcia da cidade, que logo o exploraram em seu benefício, fomentando acusações contra os judeus junto ao prefeito da cidade e ataques violentos aos judeus e suas instituições. Os ânimos se acirraram quando Herodes Agripa, rei da Judeia, ao retornar de Roma após uma visita a Calígula, passa por Alexandria, sendo recebido com grande pompa e júbilo pelos judeus da cidade. Esse episódio exacerbou a antiga hostilidade entre os grupos sociais, visto que gregos e egípcios helenizados fizeram circular pela cidade toda espécie de sátira e pilhérias contra Herodes e seus correligionários. O problema se agrava na medida em que Flaco, prefeito do Egito na ocasião, toma o partido dos gregos. Com isso as agressões aos judeus se tornam mais violentas: sinagogas são destruídas, judeus são expulsos de suas casas e muitos foram torturados e mortos.

Fronteiras de identidade

Sob a dominação dos romanos os conflitos entre gregos, egípcios e judeus se intensificaram. Os relatos acerca do antijudaísmo nesse período são de duas naturezas: uns narram a existência concreta de entraves e registram reações hostis da população helênica de Alexandria contra os judeus, outros provêm de ataques literários de autores greco-latinos contra os judeus e seus principais marcos identitários, como história, cultura e religião.

Diversos fatores podem ser apontados como motivações para os atos de hostilidade contra os judeus, desde a singularidade do culto que prescrevia imperiosamente alguns deveres em oposição formal as práticas válidas para os outros súditos de Roma (POLIAKOV, 1979, p. 6), passando por uma herança de

hostilidade egípcia e antiasiática dirigida contra os hicsos, termo que os egípcios usavam para designar de forma geral os invasores orientais, confundidos com esses, os judeus se tornavam alvos da xenofobia egípcia (FONTETTE, 1989, p. 16) e por fim temos as motivações de cunho político, caracterizadas pelo fato dos judeus buscarem adquirir direitos idênticos aos dos cidadãos, sem, no entanto, abrirem mão de seus hábitos particulares (SELVATICI, 2006, p. 180).

Alexandria era uma cidade de vários povos, e em locais que se misturam diversas culturas, a questão da identidade é posta a prova. A identidade é antes de tudo relacional, ela é marcada pela diferença. Identidade e diferença se traduzem em declarações sobre quem pertence e quem não pertence a determinado grupo, afinal, afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, dividir o mundo social, sendo a forma mais clara de divisões o estabelecimento de oposições binárias (SILVA, 2000, p. 82).

Filo deixa claro em sua obra a questão de lutas de identidade que ocorria em Alexandria, pois ao solicitar providências do prefeito em relação aos atos cometidos contra os judeus, o autor divide a população em dois grupos “que fez, pois o governador do país? Sabe que a cidade tem dois grupos de população, nós e eles” (*Flacc.*, cap. VI). Nas relações sociais os atores estabelecem meios de caracterizar as pessoas, de definir o que é comum e o que é estranho, lançamos estigmas, evidenciamos sinais, marcas, rotulações, enfim impomos atributos depreciativos nos indivíduos ou grupos tidos por diferentes, estranhos, anormais (GOFFMAN, 1988, p. 5-8).

Nesse contexto de Diáspora, adquirem grande importância os elementos que tenham o papel de fixadores de identidade, por isso o grande valor atribuído por gregos, egípcios e judeus a fatos, objetos e personagens marcantes em suas histórias, aos mitos fundadores, aos acontecimentos épicos, aos heróis. De forma inversa, em momentos de conflito, esses mesmo grupos passam a depreciar com rotulações e deturpações os elementos que caracterizam a identidade e o carisma dos grupos inimigos. Por isso identificamos nas fontes as principais rotulações impostas por gregos e egípcios aos judeus de Alexandria.

Estrangeiros

Apesar de possuírem um passado em comum com os demais habitantes de Alexandria, os judeus eram vistos como estrangeiros, tal fato é evidenciado pelas fontes, Flaco, prefeito da cidade durante o conflito de 38 d.C., publicou um edito declarando os judeus estrangeiros e imigrantes, portanto, com direitos limitados no âmbito da cidade (*Flacc.*, cap. VIII). Josefo, por sua vez, aponta como uma das principais acusações de Ápio contra os judeus o fato dos judeus tomarem o nome de alexandrinos, mesmo sendo estrangeiros (*C.A.*, LIV. II, cap. 3). Devido a diversos fatores os judeus conseguiram muitos direitos em solo alexandrino, tais liberdades foram preservadas pelos imperadores romanos, mas o imperador Cláudio deixa bem claro o estatuto jurídico dos judeus na cidade e os orienta a não buscarem ampliar seus direitos, pois já gozam de muitas liberdades em uma cidade que não era sua (*CPJ*, 153).

Impuros e misantrópicos

Os judeus sabiam que para proteger sua identidade era necessário que mantivessem alguns limites básicos entre eles e os povos com os quais habitavam. Muito da hostilidade que gregos e egípcios levantavam contra os judeus estava ligada a religião judaica e suas consequências sociais. Os judeus estavam impedidos de reconhecerem outras divindade e demonstrar respeito por elas, por isso grande parte do sentimento antijudaico era uma reação do que se sentia ser uma apresentação judaica agressiva de sua própria história religiosa. Uma das formas utilizadas para atacar os judeus era depreciar o relato que os judeus faziam do Êxodo (JOHNSON, 1995, p. 143).

O Êxodo do ponto de vista dos judeus diz respeito à saída miraculosa do Egito, local em que eram cativos, nessa fuga, os judeus foram auxiliados por intervenções divinas que subjugarão as forças inimigas. Maneton (sacerdote egípcio do século III), Lísímaco (autor do século I a.C.) e Ápio (século I d.C.) fornecem outras narrativas do episódio, pois segundo eles, os judeus foram expulsos do Egito por serem impuros e leprosos (*C.A.*, I, cap. IX e XII).

Para os alexandrinos, os judeus eram perigosos, contaminavam, no papiro *CPJ* 152, intitulado *Agiotas judeus em Alexandria*, um comerciante grego adverte um amigo para se resguardar dos judeus, segundo ele “não é muito ter cuidado com os judeus”. Atribuir perigo é um fator importante quando se quer convencer, atrair

adeptos para uma causa ou mesmo reforçar o consenso dentro de um grupo a respeito de determinado assunto. Segundo Mary Douglas (1976, p. 55) “[...] atribuir perigo é uma maneira de se colocar um assunto acima da discussão”. De forma semelhante, Goffman (1988, p. 43) adverte sobre o risco de contágio, pois o indivíduo poluído pode manchar a reputação de qualquer um que se encontrar em sua companhia.

Os judeus também eram acusados de serem refratários ao convívio com outros povos. As peculiaridades da lei judaica, que restringia o consumo de alguns alimentos, somado às diretrizes que diziam respeito ao contato com os gentios (não realizar algumas refeições em conjunto, não se unir em matrimônio), deixava transparecer um sentimento contrário à ideia de unidade, fortalecendo as acusações de misantropia.

Tais particularidades chamaram a atenção de Calígula, pois Filo ao relatar a audiência dos embaixadores judaicos, aponta como uma das principais indagações do Imperador o fato dos judeus não comerem carne de porco (*Legat. Cap. XVIII*). Uma das acusações de misantropia judaica é relatada por Ápio ao narrar um episódio no qual os judeus aprisionavam todos os anos um grego e que no final desse período realizavam um sacrifício, devorando a vítima em um ritual canibalesco. Ao término do ritual, os restos mortais do grego eram depositados em uma fossa e sobre eles os judeus renovavam um juramento de ódio mortal a todos os gregos (*C.A. II, cap. IV*).

Apesar de serem estigmatizados por parte de gregos e egípcios, os judeus também rotulavam. Segundo Goffman (1988, p. 9) por vezes, aqueles que carregam estigmas não se impressionam, não se consideram diferentes ou errados, mas ao contrário, consideram os acusadores como anormais ou inferiores. Josefo em diversos momentos de sua obra acusa os egípcios de caluniadores, mentirosos e principalmente invejosos (*C.A., I, cap. IX*). Filo identifica os judeus como um povo pacífico e ordeiro, que por natureza são inclinados a paz (*Flacc., cap. VII*), mas em contrapartida os gregos de Alexandria são considerados “agitadores de revoltas” (*Flacc., cap. IV*) e os egípcios segundo ele “por natureza são invejosos” (*Flacc., cap. V*). Filo e Josefo utilizam o que Woodward (2000, p. 12-14) denomina de perspectiva essencialista, como se a identidade fosse uma característica biológica, fixa e imutável, que para os judeus representaria a posse de qualidades inatas e para gregos e egípcios estariam reservados os vícios comportamentais.

Considerações finais

Alexandria se destacou muito durante o período helenístico, se tornando uma terra de oportunidades, atraindo várias pessoas das mais variadas etnias. Dentro desse emaranhado de povos, gregos, egípcios e judeus se destacavam pela grandeza cultural e até mesmo pela quantidade de membros. Apesar da assimilação de elementos culturais, viver na cidade implica em estar próximo a diferentes, o que faz com que cada grupo gere estratégias e práticas para afirmar, fortalecer e defender sua identidade.

Com a chegada de Roma, ocorre uma reorganização social, recursos e espaços passam a ser disputados, exacerbando uma situação de conflito já existente. Sob Calígula a situação judaica fica muito comprometida. Nesse período os atos de violência proliferam, sinagogas são incendiadas, muitos judeus são mortos. O conflito só é pacificado no governo de Cláudio, que restitui aos judeus os privilégios abolidos por Calígula.

O ataque literário sofrido pelos judeus em Alexandria reflete uma luta de representações e de identidades, num nível local, em que os autores gregos ou helenizados se servem de uma antiga hostilidade egípcia em relação aos judeus e a mesclam com os novos elementos advindos da cultura greco-romana. Dessa forma, passam a atacar as marcas culturais que causavam maior estranhamento em relação à cultura gentia, ou seja, alguns fatos singulares da cultura judaica presentes na sua legislação, nas histórias de seus líderes e no seu comportamento social, e usam esses elementos como forma de exaltar a superioridade gentílica e de impedir o acesso dos judeus a maiores conquistas no campo sociopolítico. Esta luta no campo simbólico também se repercute em aspectos físicos, daí a destruição de espaços de representação judaica como as sinagogas e as expulsões e os confinamentos em locais específicos da cidade.

REFERÊNCIAS

Documentação primária impressa:

- Acta Alexandrinorum*. In: TCHERIKOVER, Victor; FUKS, Alexander. *Corpus Papyrorum Judaicarum*. Cambridge: Harvard Press, 1960.
- FILO. *In Flaccum*. In: MARTÍN, J. P. Fílon de Alejandría. Madrid: Trotta, 2009, p. 191 - 232.
- _____. *Legatio ad Gaium*. In: MARTÍN, J. P. Fílon de Alejandría. Madrid: Trotta, 2009, p. 233 - 301.
- JOSEFO. *Against Apion*. In: BARCLAY, John. *Flavius Josephus "Against Apion"*. Leiden/Boston: Brill, 2007.
- _____. *Jewish Antiquities*. London: Harvard University Press, 1958. (The Loeb Classical Library).
- TEÓCRITO. *O idílio XV de Teócrito*. In: HÉLIO, Ramos da Silva. *O idílio XV de Teócrito: as siracusanas ou as mulheres que celebram Adónis*. 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos Clássicos)-Departamento de Estudos Clássicos, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

Bibliografia instrumental:

- BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1987.
- DOUGLAS, M. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- LYNCH, Kevin. *A boa forma da cidade*. Lisboa: Edições 70, 2007.
- NAVARRO, Alexandre G. Sobre El concepto de espacio. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 17:3-21, 2007.
- SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7-101.

Obras de apoio:

- BOWMAN, Alan k. *Egypt after the Pharaohs*. Berkeley: University of California Press, 1996.
- BOWMAN, Alan K.; RATHBONE, Dominic. Cities and Administration in Roman Egypt. *The Journal of Roman Studies*, v. 82, p. 107-127, 1992.
- CLÍMACO, Joana Campos. *Cultura e poder na Alexandria romana*. 2007. Dissertação (Mestrado em História)-Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- FAIA, Tatiana José Rodrigues. *Fílon de Alexandria; Flaco: tradução, introdução e notas*. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos Clássicos)-Departamento de Estudos Clássicos, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.
- FERREIRA, Jose Ribeiro. *A Grécia antiga*. Lisboa: Edições 70, 1992.
- FLANNERY, E. H. *A angústia dos judeus*. São Paulo: IBRASA, 1968.
- FONTETTE, F. *História do anti-semitismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
- JOHNSON, P. *História dos judeus*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- LESSA, Fábio. S.; CODEÇO, Vanessa F. S. O ginásio como espaço de formação de cidadãos: as práticas esportivas na Grécia Antiga. *Phoênix*, Rio de Janeiro, Vol. 17, n. 2, p. 38-50, 2011.
- LEVÊQUE, P. *A aventura grega*. Lisboa: Cosmos, 1967.
- MEEKS, W. A. *Os primeiros cristãos urbanos: o mundo social do apóstolo Paulo*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.
- MENDES, Norma Musco. O sistema político do Principado. In: SILVA, G.V.; MENDES, N.M. (Org). *Repensando o Império Romano*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006, p. 21-51.
- MOMIGLIANO, A. D. A cultura grega e os judeus. In: Finley, M. I. (org). *O Legado da Grécia uma nova avaliação*. Trad. Y. V. Pinto de Almeida. Brasília: ed. UnB, 1998, p.359-380.
- PINSKY, J. *Os judeus no Egito helenístico*. Assis: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1971.
- POLIAKOV, L. *De Cristo aos judeus da corte*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- QUARANTA, E. A população grega em Alexandria no século III a. C. In: AVELINO, Y.D. *Polifonias da cidade*. São Paulo: D´Escrever, 2009.
- RIGGS, Christina. *The beautiful burial in Roman Egypt: art, identity and funerary religion*. New York: Oxford University Press, 2005.

SELVATICI, Mônica. *Os judeus helenistas e a primeira expansão cristã*: questões de narrativa, visibilidade histórica e etnicidade no livro dos Atos dos Apóstolos. 2006. Tese (Doutorado em História)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SHERWIN-WHITE, A.N. O Imperialismo Romano. In: BALSDON, J.P.V. (Org). *O mundo romano*. Trad. Victor M. de Moraes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, p. 80-102.

WOLFSON, A. H. Philo on Jewish Citizenship in Alexandria. In: *The Society of Biblical Literature* 63, 1944, p. 165-168.

NOTAS

ⁱ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

ⁱⁱ Nesse artigo foi utilizada a edição de Victor A. Tcherikover e Alexandre Fuks, na obra *Corpus Papyrorum Judaicarum*, II, de 1960. Para referenciar os *Acta* utilizaremos as numerações dos papiros propostas por esses autores, informando a sigla *CPJ* e o respectivo número.

ⁱⁱⁱ Tal documento será citado conforme proposto por Victor A. Tcherikover e Alexandre Fuks, na obra *Corpus Papyrorum Judaicarum*, II, de 1960, *CPJ* 153.